

“A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TEM QUE MELHORAR, A TORTURA TEM QUE ACABAR, É UM ESCÂNDALO”

Rafael Neddermeyer/Agência Estado



“O JUDICIÁRIO RESISTE A UMA VISÃO MAIS DINÂMICA DOS DIREITOS HUMANOS”

“O JOGO DO BICHO É A COLUNA VERTEBRAL DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL”

A segurança pública e os direitos humanos passaram longe do debate político nas eleições presidenciais de 2006. Temas como economia e corrupção engoliram as outras pautas. A violência que mata anualmente dezenas de milhares de brasileiros foi estrategicamente deixada de lado pelos candidatos, exceto por instantes.

Professor titular aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP e pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), Paulo Sérgio Pinheiro pensa que o silêncio encobridor do tema não é de hoje, nem ocorre por acaso. “Isso no Brasil chega às raias da irresponsabilidade, diante de tudo o que está ocorrendo”, afirma.

Se os políticos nada fazem para alterar profundamente esse quadro, é porque receiam enfrentar interesses corporativos e preferem o caminho da demagogia, ou porque, em vários casos, estão associados ao crime organizado, que “financia muitas campanhas”. Mas, apesar dos obstáculos, Pinheiro mantém-se otimista e aponta avanços.

Secretário nacional dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça) no governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, nem por isso Pinheiro poupa a gestão estadual de Geraldo Alckmin, arrematada por Cláudio Lembo: ele vê a política carcerária paulista como “grande desastre” e compara a atuação contra o PCC, na crise de maio de 2006, às performances dos Trapalhões: “Foi tudo piada!”.

Aos 62 anos, Pinheiro observa a situação brasileira “de longe”, dividido entre Estados Unidos, Suíça e outras regiões do mundo, atuando como consultor especial do secretário-geral da ONU.

De Nova Iorque, ele falou à Revista Adusp por telefone, em outubro de 2006, uma semana após concluir dois relatórios: um sobre a situação dos direitos humanos no Timor Leste e outro sobre a violência contra as crianças em todo o mundo.

Revista Adusp — No debate eleitoral, ninguém tocou fundo na questão de uma política nacional de segurança. Um dos candidatos mencionou a necessidade de policiamento de fronteiras; o outro exaltou a função da Polícia Federal. Mas ninguém questionou a necessidade de um Sistema Único de Segurança, que até hoje não foi implementado efetivamente, nem da integração das políticas de segurança estaduais e da União. Como o sr. vê a questão da política nacional de segurança hoje no Brasil?

Paulo Sérgio Pinheiro — Estou vindo de longe, mas pelo que acompanhei em 2002 e depois (de fora) em 2004, o que vocês me dizem é realmente espantoso. Honra seja feita, desde a volta de democracia todos os governos tentaram mexer na questão da política de segurança. O Sarney tinha um mutirão contra a violência, depois o governo Itamar Franco, com o ministro da Justiça Maurício Corrêa, fez um grande diálogo em torno da violência. No governo Fernando Henrique houve o Plano Nacional de Direitos Humanos, que tocou em parte nessa questão, mas a grande contribuição foi o Programa Nacional de Segurança Pública, a primeira tentativa do governo federal de colocar alguma racionalidade numa coordenação da política de segurança. Nos dois últimos anos de governo, a implantação foi limitada. No governo Lula houve um plano excelente, coordenado pelo [então secretário nacional de Segurança

Pública] Luiz Eduardo Soares. Mas ele foi espiado do governo logo. Ainda que permaneçam pessoas com alguma visão no Ministério da Justiça, acho que se perdeu a visão mais coerente que o projeto inicial do PT tinha. Isso é uma explicação. Agora, não é só porque uma pessoa sai que um programa acaba.

Na verdade, uma interpretação mais profunda é a de que os candidatos na verdade não querem mexer em política de segurança. E isso no Brasil chega às raias da irresponsabilidade, diante de tudo o que está ocorrendo. Por que os candidatos não querem falar? Ou,

“Não quero fazer tábua rasa. Há vários estados do Nordeste em que a PM faz um trabalho fantástico. Em São Paulo tem policial sério. Na democracia, as polícias militares melhoraram”

se falam, são os candidatos a deputados, a senadores, e é só demagogia? Porque, na realidade, ninguém quer mexer na situação presente das polícias. Quando você tem uma força como a Polícia Militar de São Paulo, que tem mais de 120 mil homens, imagine o que representa isso em termos de famílias. Há uma penetração muito grande de interesses corporativos.

Mas além de interesses corporativos, a história do Brasil desde os anos 1960, passando pela Ditadura, é uma lenta e gradual associação do crime e da corrupção com a política. Quando eu era criança lá no Rio de Janeiro,

via aqueles vereadores corruptos baixarem de cadillac na favela. Aquele era o iníciozinho do contato dos políticos que iam buscar apoio nas quadrilhas ainda incipientes. Hoje é um negócio importante em termos de economia. E muitas das campanhas da política são financiadas pelo crime. Isso tantos inquéritos já provaram, não sou eu que digo.

Ou então é porque o eleitor é alimentado por uma paranóia — com razão, devido à alta taxa de homicídio, roubos, furtos e agora toda essa coreografia do PCC. Então, evidentemente, em época de eleição ou é hora para babar sangue, fazer demagogia, ou de não falar nisso.

Revista Adusp — O sr. acha que este envolvimento entre política e crime organizado é o que de fato tem impedido a articulação nacional de estados e União para se tentar resolver a questão da segurança pública?

Ou o Brasil ainda não conseguiu enxergar como isso pode ser feito? Ou sabe e não coloca em prática?

PSP — Faz 30 anos que eu repito a mesma coisa e acho que há 30 anos as pessoas sabem exatamente o que precisa ser feito. Tem gente muito boa pensando isso. Gente que saiu da Polícia Militar, como o coronel José Vicente, ou os meus colegas do Núcleo de Estudos da Violência. Todo mundo sabe. No governo mesmo tem gente que sabe exatamente o que é preciso fazer. Chega de diagnóstico! Ninguém agüenta mais isso. O que é o bê-á-bá de uma boa política de segurança? É

integração, coordenação logística, melhoria da base de dados. São Paulo já tem uma base de formação estatística [o Infocrim] tão boa quanto a de Nova Iorque. É preciso valorizar a carreira policial. Os policiais precisam ser mais bem treinados e é preciso haver uma responsabilização da polícia por órgãos civis. A investigação criminal tem que melhorar. A tortura tem de acabar; não pode continuar sendo instrumento de investigação; isso é um escândalo no país. Então todo mundo está de acordo: o governo federal, os governos estaduais.

Também não quero dizer que nada tenha ocorrido, porque há vários estados do Nordeste em que a Polícia Militar está fazendo um trabalho fantástico. Em São Paulo tem policial sério. Não estou querendo fazer tábua rasa. Na democracia, as polícias militares melhoraram. Da mesma

maneira que você tem [as ONGs] Ministério Público Democrático e a Associação Juizes para a Democracia, você tem policiais que querem trabalhar direito e estão cansados de serem dominados por policiais corruptos. A democracia permitiu isso.

Todo mundo sabe o que tem que fazer. Agora, a questão da corrupção é um elemento. Desde o nível das câmaras de vereadores e de assembleias estaduais até os deputados federais, o crime organizado financia muitas campanhas. Não estou dizendo que todos recebem dinheiro do crime, mas há uma presença importante.

Outro elemento, mais importante, é ideológico. Eu me lembro do Jean Ziegler, que é o relator das Nações Unidas para o direito à alimentação, uma pessoa formidável. E ele me dizia assim: “Como é que foi a campanha no Brasil? Todo mundo falando de direitos humanos?”. Eu disse: “Jean, ninguém fala de direitos humanos”. Porque há uma percepção por parte dos políticos de que há um horror aos direitos humanos. A população está totalmente afetada pelo crime (com boas razões) e ninguém quer mudar.

Os políticos não querem, em

“Fundamental é a integração das polícias Civil e Militar. É uma estupidez você ter um comando da PM, um delegado geral de polícia e um secretário da Segurança Pública. Ninguém manda!”

época de eleições, agitar o coreto. E a sociedade brasileira, apesar do dinamismo da sociedade civil, é na sua imensa maioria desmobilizada e desinformada.

Revista Adusp — Onde o sr. identifica os principais focos de resistência ao conceito de direitos humanos? Seria no Poder Executivo federal, no Judiciário, na mídia, nos governos estaduais?

PSP — Se eu tivesse que fazer uma classificação, acho que o rádio, a mídia impressa e a internet estão muito abertos aos direitos humanos. Comparando com outros países, o tempo que eu e

meus amigos temos no rádio e na televisão é impressionante. A mídia é aliada.

No Judiciário, há uma enorme resistência, por desconhecimento. E no Ministério Público, a mesma coisa. Os procuradores federais são aliados, são mais impregnados de direitos humanos do que outras carreiras estaduais. Mas houve progresso.

No Executivo, se penso no governo Fernando Henrique, quem defendia mesmo e apoiava todas as iniciativas de direitos humanos era o Presidente. Depois tinha alguns gatos pingados, como o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que implantou políticas afirmativas no ministério; o José Gregori; o ministro [Nelson] Jobim... uma dúzia de pessoas que eram militantemente a favor de tudo o que a gente propôs para os

direitos humanos. Mas o Executivo brasileiro não está contaminado pelos direitos humanos. A maior parte dos ministérios não acha isso uma coisa séria. Coisa séria é política, economia...

Nos governos estaduais é a mesma coisa. Ainda que tenha havido um progresso em todo mundo rezar pela cartilha dos direitos humanos, há resistência muito grande nas polícias. Houve progressos efetivos, mas os aparelhos de Estado ainda são refratários e não entendem os direitos humanos. Acham que é proteção de bandido.

Revista Adusp — A própria população pensa assim, não?

PSP — Quando a Nancy Cardia [pesquisadora do NEV] fez uma pesquisa estudando a questão, no final dos anos 90, foi muito interessante. O número de pessoas que estavam informadas do problema dos direitos humanos e para o que serviam era muito alto, e havia uma porcentagem grande de pessoas que eram contra a tortura. A gente ainda analisa muito achando que todo mundo é contra os direitos humanos, mas não é bem assim. Na medida em que as pessoas entendem que são os seus próprios direitos — que são os direitos dos mais explorados, dos mais reprimidos — que os direitos humanos defendem, aí todo mundo vira a favor. Há muita simplificação no Brasil, pelas lentes da direita, em relação à percepção dos direitos humanos. Quando a gente faz pesquisa de opinião, a noção é um pouco mais complexa. Não estou dizendo que haja um movimento extraordinário de apoio aos direitos humanos na população em geral. Mas, uma vez que se explique e que as perguntas sejam específicas, você vê maior apoio.

Da mesma forma eu também tenho uma visão otimista em relação ao passado. Estamos progredindo. Faço sempre um jogo com os meus alunos: pensar o Brasil há 10, 20, 30, 40 anos. Você vai ficando deprimido cada vez que vai 10 anos para trás. Façam essa experiência.

Revista Adusp — No seu livro *Violência Urbana* (com Guilherme Assis de Almeida, Publifolha, 2003), o sr. coloca que, entre as instituições públicas, uma das que têm

um legado do passado autoritário mais forte é o Judiciário. Seria esse um dos principais focos de resistência aos direitos humanos?

PSP — Não tenho a menor dúvida. O Judiciário é muito poupado no Brasil. Agora há órgãos de controle, mas a gente sempre batia na polícia e esquecia do Judiciário. Os juízes são muito protegidos. Eles têm que ser trazidos mais para o debate público. Os Juízes para a Democracia ajudaram muito, tem gente formidável ali e nos vários tribunais superiores. Eu me lembro que o Dia Internacional contra a Tortura, quando eu estava no governo, foi comemorado no Superior Tribunal de Justiça e vários ministros participaram. Nos tribunais tem havido progresso, mas a massa dos juízes ainda não sabe que o Brasil ratificou as convenções internacionais e que, segundo a Constituição, elas são aplicáveis no Brasil. Vários juízes começam a usar a Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção contra a Tortura, mas é um processo lento. Por incrível que pareça, a Polícia Militar se esforçou mais para ir para a frente do que o Judiciário. Parece espantoso. Mas o Judiciário continua tendo uma grande resistência a uma visão mais dinâmica dos direitos humanos.

Revista Adusp — Na questão das polícias, se olharmos nacionalmente e até para o Estado de São Paulo, que concentra essa força policial enorme que o sr. destacou, ainda temos uma política de policiamento centrada no tripé “mais viaturas, mais armas e mais efetivo”. Este é o caminho?

PSP — Isso foi implementado neste último governo de São Paulo. É evidente que está errado. A coisa fundamental e que alguns antigos secretários de Segurança Pública propuseram — como o grande constitucionalista José Afonso da Silva, secretário do Mário Covas — é a integração das polícias Civil e Militar. É uma estupidez você ter um comando da Polícia Militar, um delegado geral de polícia e um secretário da Segurança Pública. Ninguém manda! Houve alguns esforços de integrar. Agora, por que isso não passou no Congresso? Por causa de todas as questões que eu disse. Enquanto continuar esta repartição entre as duas polícias, com comandos separados, nós vamos continuar vendo — como vimos em São Paulo durante o ataque do PCC — uma política de segurança dos três trapalhões. Foi tudo piada! Vi uma declaração de um comandante da PM [coronel Elizeu Eclair Borges, comandante-geral da PM] dizendo que eles sabiam dos ataques mas não deram o alarme para a corporação para não causar distúrbios. Foi um modelo de descoordenação. Não se criou um grupo de crise. O secretário de Segurança tomou atitudes absolutamente inaceitáveis na democracia de não compartilhar informação e aparentemente se fizeram acordos com a quadrilha. Então é tudo um absurdo.

E vai haver outros [ataques]. Eu não quero usar minha bola de cristal, que é embaçada, mas só estamos numa pequena trégua. Já, já vamos ter mais ataques, porque o problema continua idêntico. Desde o governo

Franco Montoro eu ouço falar em detector de metais nas entradas das penitenciárias e em bloqueio de acesso a celulares. Não se obrigou as companhias a fazerem isso. Fizeram corpo mole. Mas como é que esses celulares entram na cadeia? Se houvesse detector de metais isso não acontecia. Então, é corrupção de gente do sistema penitenciário. Esse PCC foi constituído com a tolerância dos agentes penitenciários, apesar de termos tido um grande secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, que fez coisas extremamente positivas. Mas a corrupção campeava, porque é muito dinheiro que o crime organizado oferece diante dos salários dos agentes.

Revista Adusp — Queríamos aprofundar com o senhor essa questão da política prisional. O sr. falou da falta de diálogo entre Polícia Civil e Polícia Militar. Aqui em São Paulo também

temos uma separação entre quem faz a segurança pública *strictu sensu*, que é a política de policiamento, e a política prisional. Estão separadas em duas secretarias. Como o sr. vê isso?

PSP — A política prisional é um caos desde sempre. Desde que entrei pela primeira vez numa prisão. Os presos continuam nas delegacias, sob a guarda da Segurança Pública, uma coisa horrível, e tem os presos que agora voltaram para a Secretaria da Administração Penitenciária. Há uma coisa que liga ao Judiciário o problema: São Paulo pôs em prática uma política

de crescimento da população carcerária na mesma progressão da Califórnia e dos Estados Unidos. Hoje os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo: cerca de dois milhões de pessoas. São espantosos os números. Em São Paulo, sem que ninguém fosse consultado, eles fizeram a mesma política americana de jogar as pessoas na cadeia. Tem gente na cadeia que não devia estar.

Revista Adusp — Com a convivência do Judiciário, não?

PSP — Claro. O Judiciário quis ser duro, mas eles são duros com o pé de chinelo. Eles têm que ser

“São Paulo praticou uma política de crescimento da população carcerária na mesma progressão dos EUA, que têm a maior população carcerária do mundo: 2 milhões. Em São Paulo fizeram a mesma política americana de jogar pessoas na cadeia”

duros com as chefias do crime organizado. Uma política de segurança tem que ter prioridade. Tem gente que comete um crime e nunca vai cometer outro na vida se não for para a prisão. A maioria das pessoas que estão na prisão no Brasil não devia estar lá. Ou já cumpriram sua pena ou estão mofando lá esperando julgamento.

Há um problema grave quanto à própria situação penitenciária. Não quer dizer que todo o Brasil seja um desastre. Há alguns desastres maiores. São Paulo é um grande desastre, porque é a Bélgica, um país

de primeiro mundo. É uma vergonha que São Paulo seja o que é em termos do sistema penitenciário, hoje totalmente dominado por este PCC. Isso cresceu com a anuência da administração penitenciária e também por suas conexões com alguns setores políticos. Quer dizer, no Brasil, aquilo que o Fernando Henrique falava sobre a Ditadura, que eu gostava, os “anéis burocráticos horizontais”, que ligavam os ministérios nos seus processos de decisão, você tem anéis burocráticos da corrupção que ligam a polícia, a administração penitenciária, o Ministério Público, o Judiciário...

E aí esses anéis burocráticos protegem. Vimos vários juízes sendo processados por venda de sentença. Isso tudo não sou eu que digo. É o próprio Judiciário, o Ministério Público na sua apuração.

Já a superlotação não tem solução. Você tem que mudar a política

de prioridade, da investigação. A maioria dos processos de homicídios não é elucidada, é autoria desconhecida, porque a investigação é muito precária. Os policiais perdem tempo com bobagem, perdem tempo às vezes em coisas para achacar a população.

O sistema penitenciário no Brasil, e em São Paulo especialmente, é um equívoco. Não adianta ficar construindo presídio aqui e lá porque não vai dar. E o contribuinte não foi consultado. Nós todos estamos pagando isso e ninguém nos consultou se é a política

que a gente quer. É uma política totalmente inócua, como estamos vendo, porque ela não tem nenhum efeito contra o crime organizado.

O crime organizado anda em velocidade de cruzeiro em São Paulo e no Brasil, no Rio de Janeiro, sem nenhum problema. O problema é o pessoal que não tem grana, o pé de chinelo. Porque mesmo esses barões do crime organizado que cometem homicídios estão soltos. No Rio de Janeiro, os bicheiros que cometeram homicídios estão todos soltos. Uma única juíza no Brasil teve coragem de fazer alguma coisa, a Denise Frossard, que pela primeira vez na história do Brasil meteu uns dez banqueiros do bicho na cadeia. Em São Paulo onde estão os bicheiros? Não tem nenhum na cadeia. E o jogo do bicho é a coluna vertebral do crime organizado no Brasil.

Revista Adusp — Outro problema na questão da superlotação é a ausência da porta de saída. Há uma política de aumentar a população carcerária e não há uma política de ressocialização.

PSP — A única saída é o crime.

Revista Adusp — O ex-governador Geraldo Alckmin se vangloria de ter tirado 90 mil criminosos das ruas, mas não conseguimos ter políticas efetivas de ressocialização dessas pessoas. Não há também uma política de prevenção. Como o sr. vê isso?

PSP — O [ministro e senador] Severo Gomes (1924-1992),

que era uma pessoa formidável, dizia: “Olha que absurdo: você tira o cidadão da sociedade, enfia na cadeia por uns anos e depois espera que ele fique melhor”. Só que a cadeia é um inferno. A cadeia é uma invenção demoníaca, não tem nenhum sentido, exceto para os crimes violentos, muito específicos, reincidentes homicidas etc. E mesmo assim precisa ser administrado com grande cautela. Em todo o mundo está demonstrado que a cadeia não serve pra nada. Eu já cansei de dizer isso no Brasil e as pessoas ficam nervosas porque, com tanto crime, ninguém fica que-

fazer prevenção do que remediar depois que a violência é cometida. Por que o Brasil dá tanta ênfase à repressão? É aquilo que falava no início: é politicamente mais fácil. É demagógico, é simplista. Você não precisa raciocinar. Você diz: vamos colocar o pessoal na cadeia. Ou então: vamos matar. As pessoas adoram! Não foi eleito deputado estadual o coronel Ubiratan Guimarães, que foi assassinado agora? Quer dizer, um cidadão que comandou um massacre [dos presos na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992] — e eu fui um dos primeiros a entrar lá, ainda tinha cheiro de sangue e os cadáveres estavam lá —, matou 111 e até tinha um chaveirinho com número.

Revista Adusp — Era o número da campanha dele.

PSP — Foi eleito e reeleito. Isso dá vergonha. Se conto isso na Islândia, dá uma vergonha. As pessoas

acham que o que ocorre no Brasil ocorre no mundo. Não ocorre. Vou lhes contar uma anedota. Eu fui a Hamburgo, convidado para uma conferência de policiais. Fomos jantar depois. Eu resolvi perguntar aos policiais quantas pessoas eles tinham matado naquele ano. Eles se entreolhavam constrangedoramente, não estavam entendendo. Eu tive que explicar minha pergunta. Em Hamburgo, toda a polícia contaminada pela herança do nazismo, no ano 2000, não tinha matado ninguém. Na Itália, se você comparar os números dos que

“Por que o Brasil dá tanta ênfase à repressão? É politicamente mais fácil. Você diz: ‘vamos colocar na cadeia’, ‘vamos matar’. As pessoas adoram! Foi eleito deputado o coronel Ubiratan Guimarães, um cidadão que comandou um massacre — matou 111”

rendo tratar o criminoso a pão de ló. Mas, na verdade, o crime continua em São Paulo e continua no Brasil pela incapacidade de as instituições funcionarem. Há um mau funcionamento de todas as instituições ligadas à prevenção e à repressão ao crime no Brasil.

Revista Adusp — O sr. acha que o Brasil ainda trabalha muito na linha da repressão e pouco na linha da prevenção?

PSP — Não há a menor dúvida. E isso é burro e caro. É a mesma coisa que falei no relatório da violência contra as crianças: é melhor



“O problema da visão do criminoso como pobre e afrodescendente é muito presente no legado autoritário do Brasil. Nós ainda lutamos com racismo, discriminação e estereótipos em relação à pobreza”

foram mortos nos anos 1980 pela luta anti-terrorista com os números de mortos e assassinados pela Rota é uma proporção de 5 para 100. E aqui a polícia continua até hoje a matar crianças, jovens e negros. Até escrevi um artigo no Dia da Criança, dizendo que 70% dos adolescentes mortos pela polícia continuam a ser de afrodescendentes.

Então não conseguimos. Há muita demagogia, é mais fácil, é simples. Mas por que os políticos não ousam alterar? Primeiro porque

eles querem ser eleitos, eles têm medo. Os governos têm medo. Veja esse silêncio nas eleições presidenciais. Os candidatos têm programa, mas eles não falam. Não estou aí [no Brasil], então não sei como foi a campanha. Mas nas campanhas anteriores esta não era uma noção que aparecia muito nos debates.

Revista Adusp — Nem agora, mesmo com os ataques do PCC.

PSP — Me espanta que, diante do que aconteceu com o PCC, os candidatos não sejam obrigados a

dar uma resposta mais responsável sobre isso. E é brutal. Não estava aí durante essa história do PCC, mas ouvi da minha família, dos meus amigos, pela imprensa, o horror que foi. Num país sério, era de se esperar que a campanha política refletisse o sofrimento da população. Pelo que vocês me dizem, isso não aconteceu. Ninguém quer se contaminar. Provavelmente, antes dessa entrevista ser publicada, vai ter outro ataque do PCC.

Revista Adusp — Esse horror que o PCC gera na população e a repercussão disso na mídia tem a ver com o fato de que os alvos da violência deixaram de ser o gueto negro e pobre, que sofre cotidianamente a violência, e passaram a ser outros alvos que normalmente não sofrem a violência no Brasil?

PSP — Eu não segui muito bem como foram os ataques do PCC. O PCC é demagógico também. Eles estão querendo dar uma de guerrilha urbana. Parece que se ilustraram nessa dimensão. Não acho isso muito convincente, e acho que a população não fica vibrando porque estão matando policiais. Acho isso bárbaro.

Mas o problema da visão do criminoso como pobre e afrodescendente é muito presente no legado autoritário do Brasil. Nós

ainda lutamos com um legado de racismo, discriminação e estereótipos em relação à pobreza. É uma sociedade ainda dividida. Ela é disfarçada, mas é profundamente dividida em termos do acesso aos recursos, à informação, ao consumo. Agravou-se isso porque os poderes públicos deixaram que as quadrilhas se implantassem nos morros e na periferia de São Paulo. Isso não caiu do céu. Todos os prefeitos e governadores do Rio de Janeiro foram vendo isso acontecer e não fizeram nada. Hoje é um território dominado pelo crime organizado. Na verdade, é tudo pé de chinelo. É crime comum organizado. As pessoas que manejam esse crime organizado não moram lá. Os bicheiros que controlam o crime organizado gostam de morar na Avenida Atlântica. Os grandes chefes do crime ou moram nas regiões mais ricas ou

não moram no Brasil, moram em Miami. E quem é que lava esse dinheiro? Não é o pé de chinelo. Claro que as empresas de ônibus ajudam um pouco, tinturarias, empresas de segurança... Mas o grosso da operação não é decidido no morro nem na periferia de São Paulo. E eles se implantaram lá.

No Rio de Janeiro você via que aquilo estava sendo implantado. Você via que as associações de moradores estavam sendo conquistadas. E o governo não fez nada, não porque não pôde, foi porque não quis. Porque na hora da eleição,

este crime comum organizado participava com dinheiro, com cabos eleitorais. No Rio de Janeiro isso é muito mais claro do que em São Paulo. Em São Paulo tudo é mais disfarçado, porque é uma cidade de guetos concêntricos. Você tem o centro, o centro antigo, os cortiços, depois você tem um centro mais novo, depois tem a classe média, depois a classe mais dominante e isso tudo é cercado pela favela. Eu vou da minha casa para a USP e não vejo uma favela. No Rio de Janeiro é impossível você passar cinco minutos sem ver uma favela.

Na verdade, a maioria das popu-

contando os conselhos que davam para os filhos deles, afrodescendentes, para não resistirem à polícia. Negro em São Paulo depois de certa hora é tudo suspeito, pode ser de qualquer classe. Não é possível ter respeito à democracia e respeito à lei desta forma.

Revista Adusp — Nos últimos anos a Polícia Federal passou a prender pessoas da classe dominante, inclusive ligadas a grandes empreendimentos de luxo — e não só pessoas negras e pobres. O sr. acha que isso é um aspecto positivo ou concorda com algumas críticas que dizem que a Polícia Federal faz grandes ações espetaculares e políticas?

PSP — A Polícia Federal, durante muito tempo, foi uma guarda pretoriana do presidente. A democracia melhorou a Polícia Federal. A grande novidade foi a Polícia Federal se tornar investigativa, investi-

gando até violações dos direitos humanos. Só houve progresso. Houve uma sofisticação maior dos membros, uma formação melhor. A Polícia Federal não tortura de hábito. Foram dois os casos de tortura na Polícia Federal nos dois governos Fernando Henrique. É uma polícia razoavelmente bem enquadrada. Tem um delegado da maior seriedade hoje que dirige, o delegado Paulo Lacerda. Às vezes há muita publicidade em algumas ações, mas eu acho muito educativo prender dona de comércio de luxo, banqueiro, empresário.

“A democracia melhorou a Polícia Federal. Acho muito educativo prender dona de comércio de luxo, banqueiro, empresário. Esse pessoal nunca foi para a cadeia. Só na Ditadura. Na democracia, só vão para a cadeia os negros, os pobres etc.”

lações que moram nas periferias e nos morros é honesta. As mães lutam para levar os filhos impecáveis, de uniforme, para as escolas. Os que entram no crime são minoria. Mas tem essa visão, um pouco da escravidão, em que os estereótipos estão presentes. Na polícia, é só ver como tratam um suspeito afrodescendente e um suspeito branco. Eu nunca fui parado pela polícia em nenhum lugar. Mas já vi gente que estava em uma calçada e eu na outra e foi parada porque era afrodescendente. É uma coisa patética. Vi colegas meus na PUC

Durante todos esses séculos esse pessoal nunca foi para a cadeia. Só na Ditadura. Na Ditadura a gente vai para a cadeia: meus amigos, familiares, os brancos, todos vão. Agora, no dia-a-dia da democracia só vão para a cadeia os negros, os pobres etc.

Revista Adusp — Prender rico então é educativo para a democracia?

PSP — Altamente educativo. Veja nos Estados Unidos o que tem de investidor do sistema financeiro cumprindo pena em presídio federal. É claro que não pode haver uma política de perseguição à classe dominante só porque é classe dominante. A democracia também não funciona assim. Agora, quem comete um crime tem que ir para a cadeia. Eu não tenho nenhum entusiasmo pela cadeia. Mas acho altamente educativo que políticos, empresários e banqueiros corruptos passem uns tempos na prisão. Acho muito educativo para eles e para a sociedade.

No entanto, não acredito na pena de prisão. Não acho que seja a coisa mais adequada pôr empresário em prisão. Eles deviam ser lesados no patrimônio. Proibir de viajar para a Europa, por exemplo, seria uma coisa formidável. Severo Gomes dizia: “O sonho da classe dominante no Brasil é viajar para Nova Iorque”. Corta a viagem para a Nova Iorque. Ou então desapropriar o apartamento em Paris. É muito melhor do que pôr na prisão.

Se não der para fazer isso, a Polícia Federal está cumprindo o que deve fazer. A Polícia Federal desbaratou, no final do governo Fernando Henrique, o crime organizado no Paraná, que as pessoas achavam que nunca ia ser possível. Foi presidente da Assembléia Legislativa, desembargadores, deputados. Todo mundo caiu. É possível fazer.

O milagre brasileiro é o que se pôde fazer depois do final da ditadura. Os procuradores federais, gente fantástica, que há 20 anos estão batalhando pelos índios, direitos das crianças, contra o comércio de drogas. Então não quero dar a

“É uma leitura falsa, essa de que a anistia foi para os dois lados. Crimes de tortura são imprescritíveis. Um dos grandes débitos do Estado brasileiro é a abertura total dos arquivos. Lamento que o governo Lula não tenha conseguido”

impressão de fora de que estou achando tudo terrível. Em tudo se progrediu. Mas tem um legado e um peso do passado que requer um pouco mais de vontade política para mudar. Em termos de direitos humanos, ajudaram iniciativas do presidente Itamar Franco, do presidente Sarney. É importante o que presidente Fernando Henrique fez, é importante o que o governo Lula está fazendo em termos de políticas de apoio emergencial, que fizeram com que a população mais pobre tenha aumentado sua renda de uma maneira incrível. Todos os

governos federais avançaram nos direitos civis e nos direitos econômicos e sociais.

Mas nós continuamos com o racismo, com a concentração de renda estúpida, que é totalmente inadequada à 11ª economia industrial do mundo. A gente tem que se habituar a viver na contradição. A direita não gosta da contradição. Esses políticos demagógicos não querem a contradição, querem o simplismo. Mas da população que está sendo morta, seus filhos mortos, suas casas dominadas pelo terror do crime organizado ou da polícia, é muito difícil você esperar sofisticação. No Brasil é uma tarefa mais difícil. Em outros países os direitos humanos enfrentam a mesma resistência, mas já há um acumulado de liberdade e bom funcionamento das instituições. No Brasil a gente tem impressão de que o Estado está incompleto.

Revista Adusp —

Durante toda a nossa conversa, o sr. sempre faz essa relação histórica, avaliando as heranças que o país teve, para que possamos entender que muito do que a gente vive hoje é herança da Ditadura militar.

PSP — Não só a Ditadura militar. O acumulado antes, também. A Ditadura militar é um momentinho de todo o legado brasileiro.

Revista Adusp — Eu queria perguntar especificamente sobre esse “momentinho”. A gente conseguiu dar conta deste momento? Quando se fez uma opção no

Brasil por anistiar tanto um lado como outro no processo de abertura e redemocratização, no final da ditadura, não acabamos passando por cima de questões que não deveríamos ter passado? Isso hoje ainda tem reflexos?

PSP — Certamente. Primeiro, é uma leitura falsa da anistia, essa de que a anistia foi para os dois lados. Não foi bem assim. Taticamente a oposição leu a anistia como se fora assim. Por exemplo, crimes de tortura são imprescritíveis. Não há possibilidade de anular os crimes durante a Ditadura. Um dos grandes débitos do Estado brasileiro democrático é a abertura total dos arquivos. Eu lamento que o governo Lula não tenha conseguido fazer isso. Eu esperava que ele fizesse. E não venham com conversa para boi dormir de que não tem mais arquivos no Exército, na Marinha, na Aeronáutica. Isso é bobagem. Instituições burocráticas, como são as Forças Armadas, prezam sua história. E todos os arquivos dos Doi-Codi [Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de repressão da ditadura] deveriam ser abertos. A abertura no governo Lula é insuficiente. A gente devia olhar em relação ao que Argentina e Uruguai estão fazendo hoje. Enquanto não passarmos a limpo esse legado de tortura, de mentira, de ocultação, a democracia não vai poder ser implantada totalmente.

Os crimes de tortura deveriam ser processados. Talvez alguém em algum momento vai ter cora-

gem de fazer isso. Os responsáveis devem ser identificados — alguns já foram. Não entendo como o Brasil, essa 11ª potência industrial, tem que continuar a fazer média com os responsáveis por esses crimes contra a humanidade, que foram cometidos sob a proteção dos governos militares. Hoje a maior parte das Forças Armadas brasileiras não tem nada a ver com isso. As mãos da maioria esmagadora dos membros das Forças Armadas não têm nada a ver com essas violações. É um escândalo que esse silêncio continue a ser imposto.

Revista Adusp — É muito difícil condenar a tortura hoje se você perdoa a tortura do passado.

PSP — Não há a menor dúvida. Como se a tortura daquele período tivesse algum sentido e alguma função. A gente caminhou em relação à luta contra a tortura. Mas tortura não tem que diminuir, tem que acabar. Funcionário que tortura rodou. É a única linguagem. Enquanto eu estava no governo, era o que eu falava. Não pode se admitir. Processa, suspende, depois a gente vê o que vai acontecer. Hoje temos nomes. O *Brasil Nunca Mais* devia ser a base para um processo de investigação e acusação contra os que estão vivos ainda. É só olhar para o que o presidente [Néstor] Kirchner está fazendo. Tem generais na cadeia, os processos estão sendo reabertos e a Argentina conseguiu renegociar sua dívida por 25% do valor. Não foi isso o que afetou a estabilidade argentina. O presidente do Uruguai

está indo na mesma direção. O Brasil foi capaz de fazer o *Brasil Nunca Mais* graças à coragem de dois grandes brasileiros — o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e o pastor James Wright (1927-1999). Todos os que foram mortos, os 400 desaparecidos e os milhares de torturados — estamos devendo isso para eles.

É lamentável que o atual governo não tenha tido as condições. Espero que o presidente Lula possa corrigir esse débito para todos nossos contemporâneos dos anos 1960 e 1970. É uma falha enorme da nossa democracia. Isso não é, como se diz no Brasil, revanchismo. O encontro com a verdade é essencial para a construção da democracia. A anistia foi um caminho para a saída, mas não é uma solução para a construção da democracia. Saímos da Ditadura e agora, na democracia, temos que construir segundo as regras do direito internacional. A tortura é crime imprescritível, então não tem esse negócio de olhar para os dois lados. O Estado brasileiro é que estava torturando. É claro que a luta armada cometeu crimes e não significa que ao processar os torturadores do Estado se está endeusando a luta armada. Há toda uma revisão histórica que foi feita e várias pessoas pagaram por essa prática: foram presas, torturadas, passaram longos anos na prisão. O Estado brasileiro é o Estado brasileiro. Ele é que tinha responsabilidade perante a comunidade internacional e cometeu esses crimes contra a humanidade. Tem que ser processado.